

## COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PARECER N° 17/2021

AUTOR DO PROJETO: Poder Executivo

RELATOR: Matheus Roberto Schmidt Barea

### RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Legislativo n° 03/2021, de autoria da Mesa Diretiva, que dispõe sobre a suspensão dos efeitos da Lei Municipal n°. 2.506, de 05 de fevereiro de 2021, que concedeu reposição das perdas inflacionárias, nas remunerações dos servidores da Câmara Municipal de Capitão Leônidas Marques, e dá outras providências.

Este é o relatório.

### VOTO DO RELATOR

A suspensão dos efeitos da Lei Municipal n° 2506/2021, tem como base a decisão proferida na Reclamação Constitucional n° 48.538 – Paraná, em 02 de agosto de 2021, na qual o Supremo Tribunal Federal determinou a cassação dos Acórdãos n° 447230/20 e 96972/21 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que autorizava a recomposição inflacionária a que faz menção o art. 37, X, da CF.

Na data de 19 de outubro de 2021, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná publicou o Acórdão n° 2600/21 – Tribunal Pleno em que emitiu orientação no sentido de que:

“a) os jurisdicionados se abstenham de conceder a recomposição inflacionária a que faz menção o art. 37, X, da Constituição Federal, durante a vigência da LC n.º 173/20, ou enquanto prevalecer a decisão proferida nos autos de Reclamação n.º 48.538/PR, do Supremo Tribunal Federal, firmada pelo d. Min. ALEXANDRE DE MORAES; b) nas hipóteses em que a revisão tenha sido concedida, deverá a Administração, enquanto prevalecer a decisão proferida nos autos de Reclamação n.º 48.538/PR, do Supremo Tribunal Federal, firmada pelo d. Min. ALEXANDRE DE MORAES, suspender o respectivo ato, mediante o processo legislativo adequado, observando a irrepetibilidade dos valores pagos, ante o seu caráter alimentar, além da boa-fé tanto dos gestores, como dos servidores, nos termos do art. 22, caput, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro; (...)”

Assim, diante das considerações apontadas acima, tenho que a propositura do Projeto em análise está apta quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, razão pela qual opino pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente.

Sala de Comissões, 04 de novembro de 2021.



**Matheus Roberto Schmidt Barea**

Relator

### CONCLUSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em reunião realizada em 04 de novembro de 2021, manifestou-se "PELAS CONCLUSÕES" do relator, Vereador Matheus Roberto Schmidt Barea, estando favorável à aprovação do Projeto de Lei do legislativo nº 03/2021.

Sala de Comissões, 04 de novembro de 2021.



**Sidinei José Giusti**

Presidente



**Matheus Roberto Schmidt Barea**

Relator



**Edelano Rohers**

Membro